

A Distribuição da Riqueza de Companhias Abertas por Meio da Demonstração do Valor Adicionado: uma Abordagem Cluster

Robson Ramos Oliveira
oliveira.robs@terra.com.br
UNIVERCIDADE, UERJ

Hedir Maturo
dicamatur@yaho.com.br
UNIVERCIDADE

Maria Regina Menezes Alves
regiogeda@gmail.com
CIDADE, CESGRANRIO

Francisco José dos Santos Alves
francisco.jose.alves@terra.com.br
UERJ

Josir Simeone Gomes
josirgomes@superig.com.br
UERJ

Resumo: A Demonstração do Valor Adicionado – DVA passou a ser uma demonstração contábil obrigatória para as companhias e capital aberto e facultativa para as de capital fechado por meio da Lei 1.638/2007. O principal objetivo da DVA é o de informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Para tanto, levantaram-se informações disponíveis no Guia IMF Companhias Abertas 2010-2011 e na Bovespa. Foram investigadas 229 empresas, que se localizam com maior frequência em São Paulo e Rio de Janeiro, são empresas que desempenham atividades de holding, energia elétrica, construção civil e bancos e pertencem aos níveis de governança corporativa da Bovespa como os de Tradicional Bovespa e Novo Mercado. Os achados da pesquisa mostram que os dois clusters de maior frequência foram os que contemplam empresas que distribuem mais riquezas para os “Empregados” e “Governo” e as empresas que mais se distanciaram dos resultados da maioria (outliers) integram os clusters que distribuíram riquezas para “Juros de Capital Próprio e Dividendos” e “Outros”.

Palavras Chave: Contabilidade - Demonstr. Contábil - DVA - Riqueza - Cluster



1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações para os seus pares: acionistas, administradores, fornecedores, clientes, investidores, funcionários e governo. A forma de uma organização fornecer informação contábil ocorre com a publicação de demonstrações contábeis tradicionais, sobretudo as obrigatórias, em jornais, revistas e internet.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA não era uma demonstração contábil tradicional, portanto não obrigatória a sua elaboração e divulgação. Contudo, a DVA usualmente constava do Balanço Social das organizações que o divulgavam, geralmente em formato de figura, evidenciando por meio de percentuais o quanto à empresa distribuiu de riqueza para os seus empregados, financiadores, acionistas, governo e a parcela da riqueza não distribuída.

Com o advento da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a DVA passou a ser obrigatória para as companhias abertas, que são aquelas cujo capital é negociado em Bolsa de Valores, sendo facultativa a elaboração dessa demonstração para as companhias de capital fechado.

Com relação à distribuição da riqueza de uma organização, acredita-se que essa distribuição possa ser desigual de uma empresa quando comparada com outra, pois o fato de pertencerem a setores da economia diferentes pode impactar em maior ou menor regulação e tributação por parte do poder público, além de a política de recursos humanos não ser padronizada nas organizações.

Nesse contexto, assumiu-se como objetivo geral da pesquisa o de agrupar (clusters) os dados do Guia IMF Companhias Abertas - 2010-2011 e das DVAs divulgadas pelas empresas no sítio da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, cujos dados referem-se a distribuição das riquezas das companhias abertas investigadas para os seus empregados, financiadores, acionistas, governo e a parcela da riqueza não distribuída.

Além disso, assumiram-se os seguintes objetivos específicos: a) investigar os clusters formados utilizando as variáveis “Estados” e “Segmento de Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA”; b) Identificar empresas que se distanciaram dos resultados quando comparados com o grupo a que pertencem (outliers).

O artigo foi organizado em cinco seções. Na introdução descreve-se o objetivo da pesquisa. Na dois, levanta-se o referencial teórico. Na seção três relata-se a metodologia. Na quarta são apresentados os resultados da pesquisa. Por último, na seção cinco, são feitas as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho foi construído a partir da busca da palavra-chave “Demonstração do Valor Adicionado” no Google Acadêmico, em que a expressão devia constar no título do artigo. Dessa busca, foram recuperados 22 artigos. Os dois primeiros, datados de 1992 e 1993, foram cunhados por Maurício Melo Dolabella, à época, aluno do programa de mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dolabela (1992) enfatizou que no Brasil ainda não existia regulamentação sobre a elaboração da DVA por parte das empresas, o que já ocorria em outros países, sobretudo europeus. O autor acreditava que o primeiro passo para a implementação da demonstração seria a discussão sobre o assunto.

Adiante, Dolabella (1993) já considerava que, por meio da DVA, a Contabilidade e seus profissionais estariam atendendo à necessidade de se identificar, mensurar e comunicar informações sobre os custos e benefícios econômicos produzidos pelas empresas multinacionais. O autor explicou que as informações “uma vez fornecidas aos nossos governantes, ou outros grupos sociais”, possibilitam a estes tomarem decisões no “sentido de contribuir no processo de geração e distribuição da renda no Brasil”.

Os demais vinte artigos recuperados foram produzidos no período de 2000 a 2010, sendo o de maior frequência o ano de 2008, possivelmente pelo fato de a Lei n.º 11.638, de 27 de dezembro de 2007, ter tornado a DVA obrigatória para as companhias abertas, possibilitando, assim, a realização de pesquisas abordando a temática. A Figura 1 ilustra a frequência da distribuição da produção dos artigos.

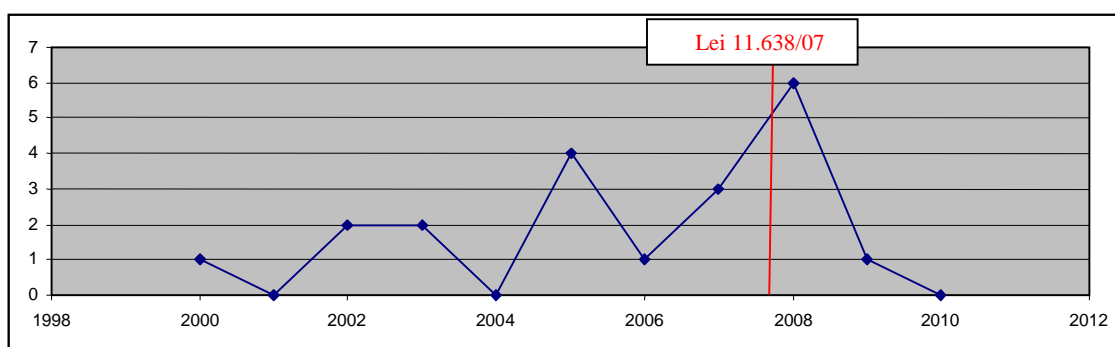


Figura 1 – Frequência dos artigos sobre DVA produzidos no período de 2000 a 2010

As publicações, mesmo antes da obrigatoriedade de elaboração da demonstração por parte das empresas, já descortinavam a importância para divulgação da DVA como veículo de informação para colocar a disposição de seus usuários informações que retratassem as relações da empresa com a sociedade, além de estudos de casos já terem sido realizados. Os trabalhos encontram-se resumidos na seqüência desta seção.

Oliveira e Garcia (2000) explicaram que as entidades empresariais estavam sentindo necessidade de uma maior divulgação do aumento do valor agregado aos fatores produtivos e sua distribuição, em face dos anseios da sociedade por maiores informações sobre os benefícios gerados pela empresa ao meio ambiente e a comunidade que está inserida. Os autores discutiram o modelo da Demonstração do Valor Adicionado que é elaborado com base nas informações contidas na Demonstração de Resultado do Exercício, em obediência ao princípio contábil da competência.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA foi definida por Cunha (2002, p. 41) como “uma das peças formadoras do Balanço Social, mas em muitos casos o que se vê é sua apresentação dissociada dele e em conjunto com outras Demonstrações Contábeis usuais, ou ainda, como o próprio Balanço Social”.

Miranda, Silva, Ramos e Souza (2002) investigaram como quinze empresas do setor elétrico brasileiro estavam evidenciando a DVA. Na época de realização do estudo, a DVA não era uma demonstração contábil obrigatória. Eles concluíram que as empresas não estavam seguindo um modelo padrão de DVAs específico para o setor elétrico, “nem o modelo proposto pela FIPECAFI”, sobretudo observaram que as empresas não estavam dando a mesma importância que davam ao “Balanço e à Demonstração de Resultados”.

Cosenza (2003) afirmava que os relatórios contábeis clássicos não respondiam totalmente às demandas dos diferentes usuários da informação contábil. Nesse contexto, a DVA devia incorporar a um novo grupo de relatórios contábeis desenvolvidos para melhor assistir as necessidades que emergiam, sobretudo para evidenciar o papel social das empresas.

Quintana, Serafin e Saurin (2003) procederam a uma análise financeira dos principais demonstrativos financeiros da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – Eletrosul, e, em especial, uma análise específica da Demonstração de Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, tendo por finalidade de mostrar a importância da Demonstração de Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos efetivos de Gestão Financeira, em função das informações que estes demonstrativos podem fornecer. Para tanto, obtiveram as Demonstrações Contábeis publicadas pela empresa, sendo primeiramente aplicados os índices de liquidez sobre o Balanço Patrimonial e posteriormente a realização de uma análise sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. Concluíram que “as informações obtidas no Balanço Patrimonial podem ser mais bem detalhadas através da análise dos demonstrativos referidos. Foi constatado, ao final, que as alterações na liquidez da empresa são explicadas pela mudança na forma de utilização dos recursos de caixa realizados pela empresa”.

Cunha, Ribeiro e Santos (2005) avaliaram o poder de aferição representado pela DVA no que concerne a informações sobre a formação de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la, como proprietários, sócios e acionistas, governo, financiadores externos e empregados. A amostra examinada contemplava 416 empresas, cuja amostra foi retirada do cadastro mantido pela FIPECAFI para a edição anual de Melhores e Maiores da Revista EXAME. Por fim, concluíram que “tornou-se possível afirmar que os indicadores retirados da DVA se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza, à disposição da sociedade, no entanto, sem nenhuma pretensão de substituir outros indicadores de riqueza já existentes, ou, até mesmo, rivalizar com eles”.

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) passaram em revista a DVA como ferramenta de análise gerencial de custos de duas cooperativas, uma de crédito e outra de produção, com o objetivo de evidenciar e interpretar as variações existentes nos principais tópicos da DVA em relação ao item custo destas organizações, bem como, demonstrar as metodologias da adição e subtração para a elaboração da DVA, no enfoque contábil e econômico. Após a aplicação do método da subtração analisaram-se os resultados das cooperativas, referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003, sob a ótica dos custos em relação aos associados, governos, funcionários, Valor Adicionado Líquido e Receita Total das cooperativas. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de significativas diferenças entre os processos de gestão nas entidades, exigindo a adoção de novas ferramentas de gestão, a DVA, por exemplo.

Brito, Silva, Diniz e Miranda (2005) realizaram um estudo de caso na região do Vale do São Francisco, no município de Petrolina-PE, durante o mês de novembro 2004, objetivando “demonstrar, a partir do preço final do produto ao consumidor, o valor adicionado e distribuído pelos elos da cadeia produtiva da manga”. Os autores constataram que ao produtor rural coube uma parcela considerável na demonstração do valor adicionado, em torno de 58% do valor total.

Silva e Nascimento (2005) realizaram uma análise comparativa, discorrendo sobre as vantagens e desvantagens, entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC e a Demonstração do Valor Adicionado - DVA. Quanto à DVA, “apresentou-se o método utilizado para sua elaboração e se expôs a importância da informação de cunho social e econômico para o usuário, já que esta é complementar às demais demonstrações e sua implantação não suscita maiores discussões”.

Felden e Salla (2006) estudaram as demonstrações contábeis do período de 2003 a 2005 de uma cooperativa de produção objetivando elaborar a DVA, demonstrar como a sua geração de riqueza é distribuída entre os seus colaboradores, governo, seus financiadores e para os seus associados. Os achados da pesquisa revelaram que no período de 2003 e 2004

mais de 50% da riqueza gerada foi destinada aos seus colaboradores (salários e benefícios) e associados (sobras operacionais). No período de 2005, “devido a influências econômicas negativas, a cooperativa em estudo, foi fortemente abalada”. Por fim, concluíram que “contribui para o desenvolvimento da sociedade onde esta localizada”, por meio da distribuição do valor adicionado que gera.

Nossa, Teixeira e Fiorio (2007) realizaram estudo bibliométrico objetivando verificar as metodologias e técnicas aplicadas nas pesquisas em Contabilidade sobre os temas Balanço Social e DVA, publicadas no período de 1997 a 2005 pelos programas de pós-graduação, por meio de pesquisa documental, na qual foi aplicada a análise de conteúdo. Eles concluíram que a abordagem metodológica empírica e a positivista não foram encontradas nas pesquisas, “enquanto que a fenomenológico-hermenêutica foi observada em 3%, as sistêmicas foram verificadas em 6,5%, as crítico-dialéticas em 35,5%, as funcionalistas em 26% e outras em 29% das pesquisas analisadas”. Percebeu-se também que o uso de técnicas de pesquisas é maior entre as dissertações do que entre os artigos. No que se refere aos artigos, 56% não atenderam aos requisitos de relatório-técnico-científico.

Flores e Pinto (2007) estudaram a importância do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado como fonte de informações quando da elaboração do planejamento estratégico das empresas. A amostra contemplou cinco empresas de Blumenau/SC, de maior valor adicionado nas atividades diversas, obtidas de uma relação fornecida pela Secretaria de Finanças de Prefeitura Municipal. Por fim, os autores concluíram que as empresas ainda necessitam ampliar a divulgação e utilização do Balanço Social e DVA visando o crescimento das organizações.

Santos, Chan e Silva (2007) selecionaram, com base no banco de dados da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), o qual é utilizado para edição da Revista Exame - Melhores e Maiores, 16 empresas privatizadas no período de 1995 a 2005, que disponibilizaram a DVA. O objetivo do estudo foi o de identificar os possíveis impactos da privatização sobre a forma de distribuição de riqueza das empresas, à luz da DVA. Os resultados da pesquisa “apontaram para uma melhora significativa do desempenho das empresas analisadas, quando são feitas as comparações com o período anterior ao evento [da privatização]. Outra constatação importante foi a redução bastante expressiva de gastos com pessoal nas empresas privatizadas quando comparadas com as estatais”.

Fagundes, Rodrigues, Ciupak e Rosa (2008) realizaram estudo objetivando apresentar a importância da DVA como ferramenta de análise gerencial em uma Cooperativa de Crédito Rural tomando por base o período de 1999- 2006. O estudo realizado analisou o resultado do ponto de vista dos funcionários, do governo e dos associados, cujos achados permitiram concluir que a DVA é mais uma ferramenta de suporte ao gerenciamento e tomada de decisões, pois até então as análises tinham unicamente como parâmetro os valores expressos nas Demonstrações de Resultados do Exercício.

Morch, Almeida, Almeida e Marques (2008) objetivando identificar qual a destinação das riquezas geradas pelas empresas do setor de energia elétrica aos *stakeholders* quanto à proporção em que as riquezas foram distribuídas, realizaram estudo utilizando o teste estatístico não-paramétrico Mann-Whitney numa amostra que abrangeu empresas que operam no país que divulgaram suas demonstrações contábeis no setor de energia elétrica, incluindo dados de 2006 e 2007. Os resultados da pesquisa mostraram que em 2007 os tributos, para as empresas distribuidoras, representaram 68% da riqueza gerada enquanto que para as empresas geradoras e/ou transmissoras essa participação cai para 28%. Os autores ainda perceberam a importância dos agentes financiadores no setor, que aparecem em segundo na distribuição da riqueza.

Silva e Santos (2008) comentaram que a DVA está contida, de forma indireta, no Balanço Social, demonstrada apenas pelos valores percentuais da distribuição aos funcionários, governo, financiadores, social e meio ambiente, onde não se conhece a origem do mesmo. Além disso, as autoras asseveraram que a empresa só conseguirá expor, de forma clara e transparente, a distribuição de sua riqueza através da DVA.

Kroetz e Neumann (2008) travaram discussão sobre o fato de a sociedade contemporânea exigir respostas das organizações acerca do seu comprometimento com o desenvolvimento econômico e com suas responsabilidades sociais e ambientais, cujos aspectos relacionados ao estudo foram “a responsabilidade social, a teoria dos *stakeholders*, o valor adicionado contábil e econômico e a demonstração do valor adicionado”.

Santos, Paula, Deodoro e Colauto (2008) realizaram estudo objetivando propor a aplicação da estrutura do Valor Adicionado em uma instituição do terceiro setor de Minas Gerais, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), com a finalidade de mostrar o processo de formação e distribuição do resultado em instituições sem fins lucrativos. Os autores constataram que a DVA contribuiu para explicar a geração de valor obtida pela fundação, e principalmente colaborou para o aumento da transparência da gestão e no processo de sustentabilidade da entidade.

Moraes e Tinoco (2008) explicaram que a “DVA expressa não só a riqueza gerada pela empresa, mas, principalmente, como esta riqueza foi distribuída entre seus diversos agentes internos e externos, é importante analisar como a carga tributária brasileira pesa nesta distribuição, já que o governo, em todas as esferas, retém parte desta riqueza através dos impostos, taxas e contribuições”. Os autores, ainda, colocaram que com a obrigatoriedade da publicação da DVA “será possível verificar qual à parte do valor adicionado das grandes empresas, em diferentes setores da economia brasileira, que é afetada pela carga tributária brasileira”.

Santos e Silva (2009), analisaram a distribuição do valor da riqueza gerada através da Demonstração do Valor Adicionado, no setor de telefonia do Brasil, a partir dos relatórios anuais publicados no sítio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos anos de 2007 e 2008. Os autores constataram que a maior parte da riqueza distribuída no setor analisado se destinou ao governo e, em seguida, aos financiadores, em terceiro lugar, aos acionistas e, por último, aos empregados.

3. METODOLOGIA

A presente eção destina-se a apresentar os caminhos percorridos, que começam com a definição da tipologia, e depois se descreveu o universo e amostra da pesquisa, além da descrição de como os dados foram coletados.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Vergara (2003, p. 46) classifica as pesquisas considerando dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Assim, quanto aos fins a pesquisa poderá ser classificada como descritiva por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno, aqui as DVAs de companhias abertas.

Quanto aos meios de investigação é bibliográfica e documental, pois está baseada em dados de uma revista especializada que fornece informações sobre empresas, o Guia IMF – Companhias Abertas - 2010-2011 e nas DVAs divulgadas pelas empresas no sítio da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O Guia IMF – Companhias Abertas - 2010-2011 apresenta dados de 473 empresas pertencentes a diversos setores da economia. Não obstante poderem existir outras companhias abertas não contempladas no citado guia. Segundo o periódico, o universo era de 551 empresas listadas com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nesse contexto, o universo da pesquisa seria contemplado pelas 473 empresas listadas. Contudo, após busca pelas DVAs das empresas no sítio da BOVESPA somente foram recuperadas 229. Assim, a amostra foi reduzida pelo fato de algumas companhias não terem postado as suas Demonstrações Contábeis no citado sítio, sobretudo a DVA.

3.3 COLETA DE DADOS

Para Lakatos e Marconi (1992, p. 43) “toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas”. Além disso, Barros e Lehfeld (2000, p. 89) explicam que a coleta de dados é uma fase da pesquisa “em que se indaga e se obtêm dados da realidade pela aplicação de técnicas”.

Collis e Hussey (2005, p. 154) afirmam que há duas fontes de dados principais, são elas: os dados originais, que são conhecidos como dados primários por serem coletados na fonte, e os dados secundários, que são os que já existem, obtidos em livros, documentos, estatísticas, dentre outros.

Nesta pesquisa utilizaram-se dados secundários disponíveis em um periódico denominado de Guia IMF Companhias Abertas (ISSN 1982-033X), produzido pela IMF Editora Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A publicação conta com o patrocínio do Jornal Valor Econômico e o apoio institucional da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI e Instituto Nacional de Investidores – INI.

Os dados são referentes ao período compreendido entre os anos de 2010 e 2011. Objetivamente, levantou-se o nome das empresas, a sua atividade principal e o domicílio civil da sede (Estado) da organização.

Depois, por meio do sítio da BOVESPA na internet, foram extraídas das DVAs os dados sobre a distribuição da riqueza das organizações que serão investigadas.

Os dados foram tabulados no Excel® e transportados para o *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, versão 12, visando a facilitação dos cálculos de estatística descritiva: freqüência, média, entre outras e a elaboração da análise de agrupamento (cluster).

Para Berry e Linoff (1997) o principal objetivo da análise de agrupamentos é classificar objetos em grupo relativamente homogêneos, chamados conglomerados, com base no conjunto de variáveis consideradas. Assim, os objetos em um grupo são relativamente semelhantes em termos dessas variáveis, e diferentes de objetos de outros grupos.

Hair *et al* (1998) também explicam que essa análise consiste de uma técnica analítica para o desenvolvimento de agrupamento de objetos ou indivíduos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos. Para os autores, os objetos em cada conglomerado tendem ser semelhantes entre si, porém diferentes dos demais objetos dos outros conglomerados.

4. RESULTADOS

Do levantamento efetuado em 229 empresas, resultaram seis clusters, que se encontram relacionados na Tabela 1.

Tabela 1 – Clusters de Distribuição de Riqueza pelo DVA

Clusters	Distribuição do Valor Adicionado	Frequencia	%
Cluster 1	Empregados	76	33,19
Cluster 2	Governo	69	30,13
Cluster 3	Financiadores	35	15,28
Cluster 4	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	5	2,18
Cluster 5	Lucros/Prejuízos Retidos	43	18,78
Cluster 6	Outros	1	0,44
	Total	229	100,00

Com relação à distribuição da riqueza por meio das DVAs, observou-se que a maioria se localiza no cluster “Empregados”, seguido de “Governo”, o que significa que os itens de despesas mais executados pelas empresas foi com o pagamento de despesas com pessoal e encargos. Apenas em 18,78% das empresas a distribuição de suas riquezas ficaram retidas.

Integram o cluster 1: Banco do Brasil S/A, Banco do Rio Grande do Sul S/A, Cia Hering, Gerdau S/A, Itaotec S/A, Marcopolo S/A, Marfrig Alimentos S/A, Saraiva S/A Livreiros Editores, Sulamérica S/A, entre outras. Os resultados do cluster 1 corroboram os estudos de Santos, Paula, Deodato e Colauto (2008), e Felden e Salla (2008), ambos investigaram a distribuição de riquezas, por DVA, em cooperativas, quando a maior frequência se deu com os colaboradores, aqui assemelhados aos empregados.

O cluster 2 é formado, entre outras, pelas seguintes empresas: Itaú Unibanco S/A, Cia. Energética de Minas Gerais, Cia Energética do Rio Grande do Sul, BRF Brasil Foods S/A, Duratex S/A, Lojas Renner S/A, Marisa Lojas S/A. Os achados, alocados como cluster 2, são compatíveis as pesquisas de Santos e Silva (2009), que estudaram o setor de telefonia; Moraes e Tinoco (2008) que investigaram o impacto da carga tributária, nesse contexto agregando riqueza ao governo; Morch, Almeida, Almeida e Marques (2008), que examinaram o setor de energia elétrica.

Estão inseridas no cluster 3, as seguintes empresas: B2W Cia Global de Varejo, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Cia de Seguros Aliança da Bahia, Construtora Tenda S/A, Localiza Rent a Car S/A, Lojas Americanas S/A, Minerva S/A, Paranapanema S/A, Unidas S/A, além de outras.

No cluster 4, citam-se: Cteep Cia Transmissão de Energia Elétrica Paulista, Emae Empresa Metropolitana Águas e Energia S/A, Santos Brasil S/A, Termopernambuco S/A Weg S/A.

No cluster 5, além de outras, constam: Bombril S/A, Embratel Participações S/A, Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A, Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, João Fortes Engenharia S/A, Medial Saúde S/A, Recrusil S/A, Redecard S/A, Suzano Papel e Celulose S/A, Universo Online S/A.

Já o cluster 6 é formado pela empresa Inepar S/A Indústria e Construções, que desempenha a atividade de máquinas, equipamentos, veículos e peças.

Em relação às empresas de Administração e Participações, uma é do setor de agricultura, uma de comunicação, dez da atividade de construção civil, uma de crédito imobiliário, duas de educação, dez de energia elétrica, duas de extração mineral, três da atividade de máquinas, equipamentos, veículos e peças, três de metalurgia e siderurgia, uma de petróleo e gás, duas de petroquímica e borracha, uma de saneamento, serviços de água e gás, duas seguradoras e corretoras, uma de serviço médico, cinco de serviços de transportes e logística, duas da atividade têxtil e vestuário e treze de outras atividades.

Em relação aos clusters (Tabela 1), As empresas de Administração e Participações retiveram mais riquezas para as próprias companhias que integram o cluster, as de Energia Elétrica distribuíram mais riqueza para o “Governo”, as de Construção Civil, Materiais de Construção e Decoração agregaram mais riquezas para o “Governo” e para a própria empresa. Já os bancos, curiosamente, distribuíram mais riquezas para os “Empregados”.

As atividades de menor frequência foram: Agricultura, Bebidas e Fumo, Educação, Extração Mineral, Farmacêutico e Higiene, Gráficas e Editoras, Hospedagem e Turismo, Securitização de Recebíveis, Seguradoras e Corretoras. Todas participaram com no mínimo uma, no máximo duas empresas.

As 229 empresas estão alocadas em 26 atividades, conforme o Guia IMF. As Empresas de Administração e Participações (holdings) são as que aparecem com maior quantitativo, seguida das de Energia Elétrica (10,48%), Construção Civil, Materiais de Construção e Decoração (8,73%), Bancos (6,55%), além de outras relacionadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Atividades Principais das Empresas Investigadas

Atividade Principal	n	%
Agricultura (açúcar, álcool e cana)	2	0,87
Alimentos	5	2,18
Bancos	15	6,55
Bebidas e Fumo	2	0,87
Comércio (Atacado e Varejo)	7	3,06
Comunicação e Informática	6	2,62
Construção Civil, Mat Construção e Decoração	20	8,73
Educação	2	0,87
Empresa Adm Part	60	26,20
Energia Elétrica	24	10,48
Extração Mineral	1	0,44
Farmacêutico e Higiene	1	0,44
Gráficas e Editoras	2	0,87
Hospedagem e Turismo	1	0,44
Intermediação Financeira	4	1,75
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	12	5,24
Metalurgia e Siderurgia	14	6,11
Papel e Celulose	3	1,31
Petroquímicos e Borracha	8	3,49
Saneamento, Serviço Água e Gás	3	1,31
Securitização de Recebíveis	2	0,87
Seguradoras e Corretoras	1	0,44
Serviços Médicos	5	2,18
Serviços Transporte e Logística	9	3,93
Telecomunicações	11	4,80
Têxtil e Vestuário	9	3,93
Total	229	100,00

Com relação a variável “Estados”, a maior frequência se deu nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme Tabela 3. Nesses estados, as riquezas geradas pelas empresas foram mais distribuídas para “Empregados” e “Governo”.

Tabela 3 – Estados de domicílio das empresas

Estados	n	%
BA	6	2,62
CE	2	0,87
DF	2	0,87
ES	1	0,44
MG	13	5,68
PA	2	0,87
PR	7	3,06
RJ	46	20,09
RN	1	0,44
RS	21	9,17
SC	10	4,37
SP	118	51,53
Total	229	100,00

Outro aspecto examinado foi a formação de cluster por níveis de governança corporativa, estando a maior frequência nas Tradicional Bovespa e Novo Mercado, conforme ilustrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Governança Corporativa

Governança Corporativa	n	%
N1	25	10,92
N2	17	7,42
Bovespa +	1	0,44
Mercado de Balcão	8	3,49
Novo Mercado	85	37,12
Tradicional Bovespa	93	40,61
Total	229	100,00

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, apesar de pesquisas já terem, anteriormente, apontado da necessidade e importância da DVA, ela somente passou a ser obrigatória para as companhias abertas com o advento da Lei 11.638/2007, sendo facultativa a elaboração dessa demonstração para as companhias de capital fechado.

Com relação à distribuição da riqueza de uma organização, observou-se que a distribuição da riqueza pelas companhias é desigual de uma empresa quando comparada com outra, pois o fato de pertencerem a setores da economia diferentes pode impactar em maior ou menor regulação e tributação por parte do poder público, além de a política de recursos humanos não ser padronizada nas organizações.

Foram investigadas 229 empresas a partir de dados do Guia IMF e da página da Bovespa na internet. Essas empresas se localizam mais em São Paulo e Rio de Janeiro, são empresas que desempenham atividades de holding, energia elétrica, construção civil e bancos e pertencem aos níveis de governança corporativa da Bovespa como os de Tradicional Bovespa e Novo Mercado

Os achados da pesquisa mostram que os dois clusters de maior frequência foram os que contemplam empresas que distribuem mais recursos para os “Empregados” e “Governo” utilizando as variáveis “Estados” e “Segmento de Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA”.

As empresas que mais se distanciaram dos resultados da maioria (outliers) integram os clusters que distribuíram riquezas para “Juros de Capital Próprio e Dividendos” e “Outros”.

Por fim, sugere-se que futuros estudos possam examinar outras amostras, em diferentes séries históricas. E, ainda, estudos quantitativos poderiam ser realizados no sentido de se investigar os impactos das distribuições de riquezas por empresas, por setor, entre outras variáveis.

6. REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia Científica**: um guia para a iniciação científica. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BERRY, M. J. A.; LINOFF, G. **Data Mining Techniques: for marketing, sales, and customer support**. New York: John Wiley & Sons, Inc. 1997.
- BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em julho.2011.
- BRITTO, Waldenir. S. F.; SILVA, E. B. da; DINIZ, S.N.; MIRANDA, Antonio R. de. **Demonstração do Valor Adicionado na cadeia produtiva de manga: estudo de caso na região do Vale do São Francisco**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de economia e sociologia rural - SOBER, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de economia e sociologia rural. São Paulo: São Francisco Gráfica Editora, 2005. v. 1. p. 1-331.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSENZA, José Paulo. **A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, p. 7 - 29, outubro/2003.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Arioaldo dos Santos. **A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza**. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan./Abr. 2005.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 412 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- DOLABELLA, Maurício Melo. **Demonstração do Valor Adicionado: A avaliação do desempenho econômico das empresas pela Contabilidade Social**. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 4, n.1, p. 46-55, fev. 1992.
- DOLABELLA, Maurício Melo. **Demonstração do Valor Adicionado Interno: Um instrumento Contábil para análise econômica das empresas multinacionais**. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 24-33, fev.1993.
- FAGUNDES, Jair Antonio; DAMKE, Claiton José; KROETZ, Cleber. **A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta para a análise Gerencial de Custos: aplicado em uma Cooperativa de Produção e uma cooperativa de Crédito**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, nov., 2005.
- FAGUNDES, Jair Antonio, RODRIGUES, Marcos Rogério, CIUPAK, Clébia, ROSA, Laura Sabbado . **A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como fonte de informações gerenciais: Um estudo em uma cooperativa de crédito**. ABCustos Associação Brasileira de Custos. Rio Grande do Sul. V. III, nº 1, p. 87-101, jan/abr, 2008.
- FELDEN, Cátia Raquel; SALLA, Neusa Maria Gonçalves. **A Demonstração do Valor Adicionado e sua distribuição: um estudo de caso numa cooperativa de produção do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. II Seminário de Ciências Contábeis, Blumenau, SC, de 22 a 24 de agosto de 2006.
- FLORES, Segismundo. PINTO, Éder P. **O Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos de informação para elaboração do planejamento estratégico**. Revista de Negócios, 2007. Disponível em: proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewArticle/328. Acesso: julho/2011.

- GUIA IMF – Companhias Abertas (ISSN 1982-033X). Rio de Janeiro: IMF Editora, ed. 2010-2011.
- HAIR, J.; et al. **Análise Multivariada de Dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- KROETZ, César Eduardo Stevens; NEUMANN, Marguit. **Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado**. Desenvolvimento em Questão. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, v. 6, n. 11, p. 153-178, jan-jun/2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Ana Paula Ferreira da; RAMOS, Walter de Jesus Oliveira; SOUZA, Érica Xavier de. **Análise Financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro**. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 71-92, dez.2002.
- MORAES, Pésio Belluomini; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **A importância da Demonstração do Valor Adicionado e a medição da carga tributária no Brasil através de seu uso**. V Simpósio Internacional de Gestão de Negócios em Ambiente Portuário Sustentabilidade de Negócios em Ambiente Portuário. Santos, 2008.
- MORCH, R.B.; ALMEIDA, E.; ALMEIDA, L. B.; MARQUES, J.A.V.C. **A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de análise do impacto tributário para as empresas do setor elétrico**. RIC - Revista de Informação Contábil. vol. 2, n. 4, p. 1-16, out-dez/2008.
- NOSSA, Sylvania Neris; TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo; FIORIO, Simone Luiza. **Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado**. REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 1, n. 2, art. 4, p. 71-93, maio/ago. 2007.
- OLIVEIRA, Adriana Souza de; GARCIA, Edinete André da Rocha. **Demonstração do Valor Adicionado – uma contribuição da contabilidade para a mensuração da participação econômica e social da entidade empresarial**. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, 2000. Disponível em: http://www.milenio.com.br/siqueira/Cp_Rs.135.doc. Acesso julho 2011.
- QUINTANA, Alexandre Costa; SERAFIN, Annelise da Cruz; SAURIN, Valter. **Demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado como instrumentos efetivos de gestão financeira: um estudo de caso da Eletrosul**. Revista de Ciências da Administração. Santa Catarina. – v.5, n.10, jul/dez 2003.
- SANTOS, Arioaldo dos; CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da. **Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 06-21, maio/ago. 2007.
- SANTOS, Disley Pereira dos; PAULA, Helton Cristian de; DEODORO, Paulo Antônio; COLAUTO, Romualdo Douglas. **Demonstração de Valor Adicionado: aplicação em uma instituição do terceiro setor de Minas Gerais**. Enfoque: Reflexão. Cont. UEM-Paraná v. 27 n. 3, p. 45-56, setembro / dezembro 2008.
- SANTOS, Marcos Igor da Costa; SILVA, Manuel Soares da. **Utilização da Demonstração do Valor Adicionado – DVA como Ferramenta na Medição da Riqueza no Setor de Telefonia no Brasil**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 11, n. 46, p. 39 - 45, out./dez. 2009.
- SILVA, Dayane de Oliveira Pinto; SANTOS, Valéria Coimbra dos. **A Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Relatório Contábil (Lei Federal nº 11.638/07) e a Responsabilidade Social Empresarial (RSE)**. Orientador: Maria Cecília Palácio Soares. Monografia (Graduação) Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, 2008.
- SILVA, Guilherme Júlio da; NASCIMENTO, Vanessa Marcela. **Uma análise comparativa entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 73-108, 2005.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.